

**CRISE DA SOCIEDADE, CRISE
DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS
POLÍTICOS E PERSPECTIVAS
PEDAGÓGICAS PARA
A EDUCAÇÃO ESCOLAR***



Elianda Figueiredo Arantes Tiballi**

Resumo: *este artigo tem o propósito de contribuir com as reflexões sobre a Educação em tempo de pandemia provocada pela Covid-19, apresentando argumentos que permitem ampliar o entendimento dos desafios e apontar algumas perspectivas para a educação escolar neste momento de crise. A partir de uma análise crítica ao fetiche das tecnologias digitais no campo da educação, são apresentados argumentos em defesa do não fechamento das escolas em razão da pandemia provocada pela Covid-19, entendendo que estas devem ser reinventadas neste período de crise e retomadas no regime presencial assim que a pandemia tiver sido controlada. Ao final são apresentadas algumas considerações em defesa da escola pública, com o argumento de que a sociedade que não tem escola pública e universal em funcionamento, não tem democracia.*

Palavras-chave: *Crise da Educação. Escola Pública. Educação Escolar.*

É possível afirmar que a população que hoje habita o planeta Terra está vivenciando a maior crise de sua história. A pandemia pro-

* Recebido em: 30.12.2020. Aprovado em: 31.12.2020.

** Doutora em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora visitante na Università Degli Studi di Ferrara, Itália. Estágio Pós-Doutoral em Educação - Universidade Federal do Paraná. Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Graduada em Pedagogia pela Universidade Católica de Goiás. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico, da Faculdade de Inhumas. *E-mail:* tiballi@terra.com.br.

vocada pela Covid-19 atingiu a todos e, até o momento (28/12/2020), são mais de oitenta milhões de contaminados e quase dois milhões de mortos no mundo, em decorrência deste vírus. Com altíssimo índice de contaminação a pandemia exigiu o distanciamento social como única forma de diminuir a rapidez do seu avanço e permitir um certo controle no atendimento médico hospitalar das pessoas infectadas. Ainda não se sabe como combater o vírus que causa a doença, as vacinas estão a caminho, mas ainda não chegaram para todos.

Mas esta pandemia não atinge a população somente com a ameaça de sua sobrevivência física, ela ameaça também a sobrevivência social dos homens. A crise instaurada se estende a todos os setores da sociedade, da economia à cultura, das artes à produção industrial, da manufatura à agropecuária, da alimentação aos transportes, das artes ao lazer, dos serviços à produção de bens materiais, do sagrado ao profano.

A crise nas sociedades capitalistas se instaura quando os homens que vivem nestas sociedades não conseguem resolver os problemas sociais que eles próprios criaram. Com esta crise provocada pela Covid-19 não está sendo diferente. Se, por um lado, a pandemia é provocada por um vírus, por outro, os problemas sociais aflorados a partir dela são provocados pelo próprio homem

A educação, depois da saúde, é o campo social mais atingido por esta pandemia. Ao ser decretado o distanciamento social as escolas foram fechadas e os agentes educacionais ficaram paralisados, sem saberem como agir. A maioria das escolas públicas do mundo chegou ao final do primeiro semestre letivo deste ano de 2020 com as suas unidades de ensino fechadas. Algumas dessas instituições, na segunda metade deste ano, iniciaram timidamente as aulas em regime remoto, por meio de tecnologias da comunicação. Universidades e escolas de educação básica, particulares e comunitárias, em sua grande maioria, iniciaram as aulas em regime remoto extraordinário logo no início do isolamento social.

Mas as decisões tomadas foram e continuam sendo ditadas por motivos políticos e empresarias. Se, por um lado, manter o isolamento social e as escolas fechadas é uma questão de saúde pública, por outro, manter os processos educativos em desenvolvimento, adotando alternativas que possibilitem a participação de todos os estudantes é uma questão de política educacional e, principalmente, uma questão que diz respeito à democracia.

Analisar esta crise, ainda em curso, não é tarefa fácil, não houve tempo para que o necessário distanciamento histórico nos impeça de

análises que possam nos levar ao espelhamento de nossas convicções e nos forçar à busca de discursos já formulados, convicções já consolidadas, nos impedindo de encontrar uma análise operacional para o enfrentamento desta crise. Além disso, em momentos de crise, quando os problemas sociais já existentes afloram e tornam-se explícitos, os discursos ideológicos ganham grande recepção e circulação, polarizando as opiniões.

No campo da Educação estas posições são evidentes. No momento presente, o discurso da militância política no campo educacional gira basicamente em torno de duas posições: de um lado, os que defendem a abertura das escolas para o ensino presencial, em nome dos prejuízos que os estudantes mais pobres teriam em sua formação, já que os mais ricos conseguem de algum modo suprir a ausência das aulas presenciais com atividades realizadas com a ajuda dos pais ou professores particulares contratados para esta finalidade. De outro lado encontram-se os que defendem a permanência das escolas fechadas até que a pandemia seja controlada para evitar o avanço do contágio com a Covid-19, em nome dos que, pelas precárias condições financeiras, não conseguem participar de processos educativos não presenciais por não possuírem equipamentos de comunicação adequados para aulas *on line* por meio de tecnologias digitais.

Assim, este texto tem a pretensão de apresentar algumas reflexões que possam sair destes discursos polarizados e contribuir para o entendimento de alguns dos problemas que se avolumam neste momento de crise, em especial para entendimento e o enfrentamento dos problemas que se configuram no campo da educação. Vale ressaltar que as análises aqui empreendidas estão ancoradas em uma avaliação sistematicamente realizada com alunos de cursos de Pedagogia, de Mestrado e de Doutorado em Educação, vinculados a uma universidade pública, uma comunitária e uma particular. Os dados desta avaliação foram inicialmente destinados ao processo de avaliação institucional do regime remoto extraordinário com aulas *on line*, por meio de plataformas digitais. Parte dos resultados desta avaliação subsidia empiricamente as reflexões contidas neste texto.

OS DESAFIOS DA CRISE NA EDUCAÇÃO

Em primeiro lugar, devemos considerar que nas sociedades capitalistas, em especial na maioria dos países pobres ou em vias de desenvolvimento, a educação não é prioridade política dos governantes. Embora as políticas públicas para a Educação, respaldadas pelos organismos

internacionais de financiamento como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e a Organização para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), afirmem o contrário, o processo de escolarização da maioria das crianças e dos jovens nesses países não se completa integralmente. No percurso escolar muitos dos que ingressam na escola pública são dela excluídos antes de completarem os ciclos de ensino considerados obrigatórios.

Os mecanismos de exclusão escolar já foram suficientemente explicados por Pierre Bourdieu e seus contemporâneos da sociologia francesa, como Jean-Claud Passeron, Roger Establet e Louis Althusser, entre outros. A escola deixa à margem aqueles que não trazem em sua bagagem intelectual o *capital cultural* e o *capital financeiro* que dão ao aluno as condições exigidas para acompanhar os programas que lhe são propostos no percurso de sua escolarização.

Ainda que este discurso reprodutivista tenha sido criticado por seu viés estruturalista na análise das hierarquias sociais, há que se concordar que a escola, diante do aluno com algum tipo de dificuldade para acompanhar o que lhe é proposto pelo professor, não sabe o que fazer com este aluno e, deixando-o à margem, promove a sua exclusão do processo de escolarização ou, aquele que nele permanece, passa a compor o contingente dos que Bourdieu considerou como “excluídos do interior” (BOURDIEU, 2007, p. 217).

Em segundo lugar, mas não menos importante, a pandemia provocada pela Covid-19 escancarou para o mundo as desigualdades sociais e, em decorrência destas, as desigualdades educativas que já estavam postas. Não foi a Covid-19 que instaurou os problemas que impedem o aluno pobre de acompanhar o ensino por meio de plataformas virtuais. A grande maioria dos alunos pobres já não conseguia acompanhar os programas escolares com aulas presenciais, já tinha baixa frequência às aulas e as escolas já não sabiam o que fazer com os alunos que, por suas precárias condições materiais de vida, apresentavam dificuldade para atender as demandas das escolas e passavam a compor os índices estatísticos de baixo desempenho escolar.

Em terceiro lugar, no contexto histórico que estamos vivendo, com todos os problemas sociais escancarados e agravados pela pandemia provocada pela Covid-19, em especial com a saúde coletiva e com a educação pública, parece haver um consenso de que não é mais possível pensar as ações educativas fora do uso das tecnologias digitais.

Que estamos vivendo em uma era digital, ou em um tempo histórico em que a tecnologia se faz presente no cotidiano da vida humana, não há dúvida. Dos alimentos que consumimos às roupas que vestimos, dos medicamentos e tecnologias médicas para intervenções cirúrgicas aos aparelhos de uso doméstico, dos veículos de comunicação como os telefones móveis às plataformas digitais de comunicação, da cibernética à robótica, tudo evidencia este fato. É quase impossível encontrar um artefato de consumo humano que não tenha sido processado por algum tipo de tecnologia digital. Além disso, o avanço científico também é uma expressão dessa constatação: O aprimoramento genéticos das plantas que produzem os alimentos, o estudo da biociência sobre os genomas e as células tronco, o avanço da medicina molecular, as cirurgias por laparoscopia, a robótica e os avanços científicos da engenharia por meio da física quântica, enfim todos os produtos que consumimos hoje passaram de algum modo pelos avanços científico, técnicos e tecnológicos.

A par desta constatação, e não por acaso, há uma corrida empresarial mercadológica que oferece cotidianamente para as escolas novos artefatos tecnológicos, plataformas digitais, softwares, programas instrucionais, formulários de avaliação/mensuração já elaborados, adereços ou itens complementares para as plataformas que vão agregando formas consideradas mais facilitadoras do ensino e da aprendizagem, tudo pronto e finalizado conforme a lógica algorítmica das tecnologias digitais e voltados para o mercado educacional consumidor.

Nesse contexto, a tecnologia digital passa a ser considerada como nuclear e como determinante dos processos educativos escolares. Há um discurso instaurado no campo da Educação que considera a tecnologia como progresso a serviço da humanidade e da democratização da sociedade, como algo que surge para beneficiar o homem e tornar mais fácil a sua sobrevivência cotidiana. Por ser parcialmente verdadeiro, este discurso se torna ideológico. Na verdade, os avanços tecnológicos decorrem do progresso técnico necessário para a continuidade dos processos de produção e, nos países capitalistas, este aprimoramento técnico e tecnológico é condição necessária para o processo de acumulação do capital.

Há um saber tecnológico mantido fora do alcance da maioria da população, inclusive da própria escola, que se mantém como nicho à parte, acessado por poucos e sob a tutela dos que investem capital financeiro neste mercado. Há um poder econômico e um poder político de manipulação desse mercado consumidor que cria o fetiche da tecnologia mantendo cativos seus consumidores.

Assim, estas tecnologias não são neutras, destituídas de intencionalidades, como se a intencionalidade política das mesmas só pudesse ser instaurada por quem delas faz uso, a produção de tecnologia, assim como de qualquer mercadoria, visa o lucro e a maior valia, a serviço do capital.

Diante de tanta oferta de recursos da comunicação digital para as escolas, surge o equívoco de supor que o avanço tecnológico é próprio deste tempo histórico atual, do homem contemporâneo. Na verdade, quando os homens, no período primitivo, criaram a técnica da pedra lascada e passaram a usar esta tecnologia para interferir na natureza, deram início à sua capacidade cognitiva de criar seus próprios instrumentos de trabalhos. Do mesmo modo, desde os tempos pré-históricos o homem criou técnicas de comunicação e de registro de suas representações simbólicas do mundo, a exemplo da narrativa de seu cotidiano por meio das pinturas rupestres. Após o domínio do fogo, do plantio dos alimentos e da invenção da roda, o processo civilizatório promoveu um contínuo e acentuado processo de aprimoramento tecnológico, obviamente que sempre determinado pelo modo de produção dos bens necessários para a sobrevivência do homem.

Há uma recíproca entre conhecimento técnico e tecnologia. O uso da razão, do pensamento e da reflexão empregados na produção dos bens necessários para a sobrevivência dá ao homem a capacidade de criar, inovar e de transformar. Isso é demonstrado por tudo que o processo civilizatório da humanidade conseguiu acumular em termos de conhecimento, técnica e tecnologia. Entretanto, à medida que a divisão social do trabalho se consolidou no modo de produção capitalista há uma ideologia que nos faz crer que os bens produzidos pelos homens, assim como os avanços técnicos necessários para esta produção atualizada, são propriedade privada dos donos do capital, dos detentores do poder econômico.

Assim, as desigualdades sociais, as desigualdades educativas e a avareza mercantilista na produção de tecnologias que criou um nicho de mercado consumidor no campo da educação, agora ganharam dimensões ainda maiores e estão na base dos problemas educacionais com os quais nos deparamos neste momento de crise.

Acessar estas tecnologias e usufruir de seus benefícios supõe políticas econômicas de democratização destes bens e serviço, colocando-os ao alcance de todos os segmentos sociais. Mas, mesmo assim, os processos educativos não são determinados pelo uso das tecnologias digitais mais avançadas. Antes do uso de tais tecnologias é preciso indagar sobre as finalidades educativas, definir que tipo de sociedade queremos ajudar a

construir por meio da educação escolar e só então proceder a escolha das metodologias mais adequadas para a realização dos processos educativos escolares. Enquanto não houver um processo de democratização do acesso aos recursos tecnológicos digitais ou de alternativas que viabilizem o seu uso por todos os estudantes, estes não devem, em nenhuma circunstância, ser colocados como condição para a realização da escola pública.

Perspectivas Reflexivas

Sabemos, desde a Revolução Francesa que a democracia não se consolida sem a participação efetiva da escola pública universal, disponibilizada a todas as crianças e jovens, indistintamente. No relatório que Condorcet apresentou à assembleia Nacional em 1772, já constava:

cultivar, enfim, em cada geração, as faculdades físicas, intelectuais e morais e contribuir dessa forma para o aperfeiçoamento geral e progressivo da espécie humana, derradeira meta a que deve visar toda a instituição social, tal será ainda o objetivo da instrução e este é, para o poder público, um dever imposto pelo interesse comum da sociedade e pelo da Humanidade inteira (CONDORCET, 1772, p. 6).

O significado conceitual de um termo ganha camadas de significados ao longo da história e com o conceito de educação não é diferente. Assim, no tempo presente, considerar a educação como condição para a democracia não significa considerá-la como suficiente para eliminar as desigualdades sociais, mas sim que sem os processos educativos escolares as desigualdades sociais se ampliam. A educação não sendo um fim, é parte do projeto humano de construção da vida social. Portanto, pensar a escola é pensar as condições materiais que afetam a vida, a condição humana, a sociedade, é pensar a educação como um projeto societal politicamente possível.

Nesse sentido, fechar as escolas é impossibilitar qualquer processo democrático que considere a humanidade como um projeto em construção e a igualdade entre os homens como uma utopia a ser alcançada. A desigualdade social e a diversidade cultural deve ser o ponto de partida deste projeto nunca o seu impedimento.

As populações mais pobres, destituídas do direito de acesso aos bens e serviços ficam ainda mais excluídas quando privadas dos processos educativos escolares.

Como considerou Paulo Freire:

quanto mais conscientemente faça a sua história, tanto mais o povo perceberá, com lucidez, as dificuldades que tem a enfrentar, no domínio econômico, social e cultural, no processo permanente de sua libertação. Na medida em que a reconstrução nacional é a continuidade da luta antiga do esforço nacional em busca da independência, é absolutamente indispensável que o povo todo assuma, em níveis diferentes, mas todos importantes, a tarefa de refazer a sua sociedade, refazendo-se a si mesmo também. Sem esta assunção da tarefa maior – e de si mesmo na assunção da tarefa – o povo abandonará a pouco e pouco a sua participação na feitura da história. Deixará assim, de estar presente nela e passará a ser simplesmente nela representado (FREIRE, 1989, p. 25)

Considerando esta afirmação de Paulo Freire, a crise que se instaurou abruptamente e que não tem data para acabar merece reflexão detida. Se, por um lado, os problemas sociais já estavam postos, por outro, agora estes problemas estão mais agravados. Quando a vacina chegar e a Covid-19 for finalmente controlada, tudo será o mesmo, diferente. Ou, como na canção do compositor musical Lulu Santos (1983): “Nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia”. Mas, as ações humanas são próprias do tempo presente e é este tempo que está a exigir novas perspectivas e novos horizontes de expectativa que possam desencadear ações transformadoras e superadoras dos problemas agravados pela crise.

Na Educação, a crise provocada pela Covid-19 vem promovendo alguns equívocos que dificultam o entendimento das finalidades da educação escolar e das ações docentes, afastando o professor do seu *métier*, ou dificultando o seu trabalho, e deixando à margem do processo de escolarização a maioria dos estudantes. Tais equívocos colocam em questão a própria sobrevivência das escolas. Mais do que isso, coloca em questão a própria democracia, pois onde não há escola não há democracia. O processo democrático tem como condição necessária a escolarização das crianças e dos jovens para que, por meio desta, sejam propiciadas a cada um o discernimento de si, do outro e do mundo. Este discernimento do sujeito, que se dá por meio dos conhecimentos científicos disponibilizados e do senso crítico politicamente constituído, é condição para a feitura da sua própria História, conforme afirma Paulo Freire. Mas, o fluxo da história deve ser entendido em sua dupla dimensão recíproca, a da ação individual do sujeito em sua dimensão universal. O fluxo da

história depende da ação dos sujeitos de carne e osso, mas esta ação do sujeito é, incondicionalmente, histórica e socialmente constituída.

Assim, concordando com Antônio Nóvoa: “não podemos abandonar nossos alunos, não podemos fechar a escola pública, não podemos estar ausentes neste momento de crise. Situação excepcional exige recorrer às estratégias possíveis” (NÓVOA, 2020).

Retirar dos estudantes da escola pública o direito à educação, fechando ainda que temporariamente as escolas, é neutralizar a ação transformadora dos processos de escolarização e ampliar os espaços onde são tecidas as desigualdades sociais e educativas.

Assim, é preciso recorrer às estratégias possíveis, sem apego ao discurso ideológico que só vê saída para a escola em meio à crise através de plataformas digitais. A história é repleta de movimentos em defesa da escola pública e de medidas adotadas para sua realização. Em outros momentos, também de crise social, o rádio, a televisão, a educação no campo, os círculos de leitura, enfim, alternativas viáveis para a educação popular foram adotadas com sucesso. Às precárias condições de vida da população mais pobre e à ausência de direitos iguais ao acesso a bens e serviços não podemos agregar a falta da educação escolar, à pobreza material não podemos agregar a pobreza intelectual que sustenta a submissão nas relações autoritárias de poder e de desigualdade social.

Em Defesa da Realização da Escola Pública

É recorrente o equívoco de se conceber o uso da tecnologia como ação capaz de superar a ação docente, dispensando o trabalho do professor. O exemplo mais cabal deste equívoco está sendo evidenciado durante esta pandemia, as escolas não puderam continuar funcionando porque esta instituição social somente se realiza por meio da relação pedagógica professor - aluno - conhecimento. Na ausência de um destes elementos a escola deixa de existir, não há tecnologia que substitua esta relação de modo a promover o ensino e a aprendizagem. Sem a presença dos professores a escola não consegue promover a aprendizagem dos alunos, mesmo com todas as plataformas digitais disponíveis. Na ausência dos alunos a escola deixa de existir. Este é o cenário que está configurado na maioria das escolas espalhadas pelo planeta durante esta pandemia provocada pela Covid-19.

O núcleo da escola não são as tecnologias da comunicação. O núcleo da educação escolar é a relação professor – aluno – conhecimento

e a qualidade desta educação reside na aprendizagem ativa, colaborativa e socialmente significativa.

A aprendizagem significativa supõe experiência com o conteúdo disponibilizado pelos diferentes campos científicos, supõe uma relação com saber. A dúvida, a indagação e a investigação são etapas necessárias da aprendizagem significativa e estas devem orientar as ações do ensino e da aprendizagem. A aprendizagem significativa é aquela que coloca o conhecimento científico submetido à crítica como núcleo da relação professor- aluno e que tem como finalidade tornar o estudante autônomo, sujeito da sua própria história e transformador da realidade social.

Entretanto esta é uma relação comunicacional que supõe necessariamente a interação entre os agentes dessa relação e, sendo a educação escolar uma comunicação didática e pedagógica, portanto especializada, exige uma linguagem simbolicamente estruturada pelo uso de técnicas e de tecnologia da comunicação. O ato de fala, a linguagem na comunicação pedagógica é intencional, sistematicamente planejada, é mediação no processo de ensinar e aprender.

Mas, há uma diferença substancial entre interatividade e interação. A comunicação interativa, aquela que facilmente instauramos conectando a internet pelo computador ou por telefone móvel, é uma comunicação mecânica, informacional, fluida, rápida e que desaparece assim que acessamos outro link. Esta é uma forma de interatividade virtual, por meio das tecnologias digitais de comunicação e através delas o sujeito pode interagir com o mundo sem estabelecer relação dialogal com outro sujeito ou grupo de pessoas.

Ao contrário desta, a interação se dá por meio da comunicação, é componente das relações entre os sujeitos coletivamente constituídos e partícipes de um diálogo mutuamente estabelecido que se constitui no âmbito da cultura.

Na interação há uma dimensão sociocultural na qual o sujeito humano se relaciona com o outro por meio de símbolos e linguagens. Mas essa interação não exige necessariamente o uso de tecnologia digitais da comunicação. Embora a educação não se realize sem que se estabeleça processos interativos, estes podem ser múltiplos e variados. A definir os processos interativos da relação pedagógica estão as condições materiais e culturais dos agentes nela envolvidos, são estas condições que ditam as possibilidades e quais meios de comunicação podem ser utilizados para a realização dos processos educativos escolares.

Definem também a interação do professor com o aluno as disposições cognitivas dos estudantes, desenvolvidas pelos estímulos intelectuais do mundo imagético contemporâneo que facilitam a rapidez das sinapses neurais e do desenvolvimento das habilidades cognitivas superiores. As crianças e os jovens de hoje ultrapassaram o estágio da memorização e da repetição das lições dos mais velhos, da assimilação inerte, e desenvolveram uma disposição cognitiva desencadeada pelos estímulos aos quais são submetidos cotidianamente, demonstrando uma alta capacidade para a associação de ideais, para a elaboração de respostas, para o entendimento e para a explicação, colocando-os em níveis potenciais de desenvolvimento das funções psicológicas superiores muito além daqueles níveis demonstrados pelas gerações anteriores

Assim, os recursos didáticos que tiveram início com a lousa e o giz avançaram com os laboratórios de química e de física de botânica, com as fotografias fixa ou em movimento - o cinema, com o rádio, a televisão, o computador e todos artefatos utilizados pela educação escolar. Entretanto, as tecnologias educacionais são subordinadas às metodologias de ensino adotadas pelo professor no espaço e no tempo institucional onde atua. Há um tempo e um espaço apropriados para a educação escolar das crianças e dos jovens, e quando estas duas dimensões são desrespeitadas o processo de formação do estudante fica comprometido e defasado e a sua trajetória de vida escolar fica mais difícil do que a de seus pais. Concordando com Dewey, educação não é preparação para a vida, educação é vida no espaço e no tempo presente (DEWEY, 1979).

Assim, o uso das tecnologias digitais de comunicação pode ser útil quando facilitador do processo de ensino e de aprendizagem, do contrário deve ser substituído por outras ferramentas de comunicação que possam oportunizar a inclusão de todos os estudantes no processo de escolarização.

Antes de qualquer possibilidade de uso de tecnologia da comunicação é preciso que a escola pública se realize enquanto instituição social responsável pelo processo de escolarização de todas as crianças e de todos os jovens, indistintamente. Esta é a responsabilidade da escola pública, se esta escola pública não cumprir esta sua função social nenhuma outra instituição o fará. Dessa função da escola pública depende a consolidação da democracia.

A democracia supõe um projeto político de sociedade, mas é por meio do desenvolvimento da capacidade cognitiva que o sujeito social desenvolve suas possibilidades de interação, compreensão, liberdade e autonomia de pensamento e de transformação individual e societal.

Neste sentido a realização da escola pública é a realização de um projeto político de democratização da sociedade.

Considerações finais

A escola neste tempo de crise provocada pela Covid-19 não pode ser a mesma do ensino presencial. Agora, mais do que nunca, é preciso reinventar esta escola e buscar alternativa que possam garantir o seu funcionamento. Para tal é preciso que se estabeleça a convicção de estamos em momento de crise e em uma condição excepcional que, em breve, será superada. Nestas condições, para que a escola se realize basta que seja viabilizada a interação dialógica entre o professor e os alunos, por meio das estratégias de comunicação que se mostrarem mais adequadas. A partir daí é preciso: que sejam revisados os conteúdos escolares, estabelecendo que a qualidade da aprendizagem dos conteúdos de cada disciplina sejam privilegiados em detrimento do quantitativo métrico de unidades didáticas previstas nos planos de ensino; que os conteúdos culturais mais amplos sejam considerados em lugar dos conteúdos metódicos e repetitivos das séries escolares; que o interesse e as possibilidades individuais e sociais dos alunos sejam colocadas acima dos interesses institucionais; que a formação integral, científica, cultural, ética e estética, seja privilegiada para além do ensino instrucional e que a formação humana transformadora seja priorizada

Com estes princípios podemos permitir que nossas escolas se realizem sem maiores dificuldades do que aquelas que já enfrentávamos antes da pandemia provocada pela Covid-19. Por meio do regime remoto extraordinário, com uso de plataformas digitais, os cursos escolares de todos os níveis podem seguir o fluxo de seus projetos curriculares. Os alunos que não possuem equipamentos apropriados para a conexão com estas plataformas devem receber apoio institucional dos governos, financiamento para compra de computadores, de celulares ou disponibilidade de laboratórios de informática na própria instituição, com todo o rigor sanitário exigido para prevenção do contágio pelo vírus Sars-Cov-2 ou por outros vírus já existentes. Alguns alunos, aqueles que de fato não conseguem acessar as plataformas digitais por qualquer motivo, devem receber acompanhamento individualizado dos professores por meio de outras formas de comunicação que sejam viáveis.

Obviamente que estamos falando de medidas extraordinárias em momento de crise. As aulas presenciais são condições necessárias

para a relação pedagógica e estas deverão voltar assim que a pandemia tiver controle garantido. Mas, a área de Educação deve considerar, com urgência, que mesmo após vencida a pandemia os avanços técnicos da tecnologia digital devem ser colocados a serviço da pesquisa, do ensino, da aprendizagem e de práticas educativas significativas e transformadoras, desenvolvendo estratégias facilitadoras desses processos e fazendo avançar o conhecimento científico da área, sempre submetidos à crítica prévia que define as finalidades políticas das ações dele decorrentes.

Por fim, é preciso reafirmar que é em momentos de crises mais difíceis, como este, que somos testados em nossa capacidade profissional e em nosso compromisso político de viabilizar alternativas que tornem possível a sobrevivência da escola pública à serviço da formação humana e da democracia.

CRISIS OF SOCIETY, CRISIS OF EDUCATION: POLITICAL CHALLENGES AND PEDAGOGICAL PERSPECTIVES FOR SCHOOL EDUCATION

Abstract: *This article aims to contribute to the reflections on Education in times of pandemic caused by Covid-19, presenting arguments that allow to broaden the understanding of the challenges and to point out some perspectives for school education in this moment of crisis. Based on a critical analysis of the fetish of digital technologies in the field of education, arguments are presented in defense of the failure to close schools due to the pandemic by Covid-19, understanding that these should be reinvented in this period of crisis and resumed in the face-to-face regime once the pandemic has been controlled. At the end, some considerations are presented in defense of the public school, with the argument that the society that does not have a functioning public and universal school has no democracy.*

Keywords: *Crisis of Education. Public School. School Education.*

Notas

- 1 Por se tratar de dados institucionais confidenciais, os nomes das instituições de ensino superior, campo da pesquisa realizada, serão mantidos no anonimato.
- 2 Representações imagéticas pré-históricas, configuradas por pinturas coloridas de objetos, animais e cenas do cotidiano realizadas em paredes, tetos e

outras superfícies de cavernas e abrigos rochosos, ou mesmo sobre superfícies rochosas ao ar livre.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Bourdieu: Escritos de Educação*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

CONDORCET. *Instrução pública e organização do ensino*. Porto: Educação Nacional, 1943.

DEWEY, John. *Democracia e Educação: uma introdução à Filosofia da Educação*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1982.

NÓVOA, Antonio. *A Educação em tempo de pandemia (COVID 19)*. [s. l.]: Sindicato de Professores Municipais de Novo Hamburgo (SindprofNH), 06 abr. 2020. 1 vídeo (31min:44seg). [Live]. Disponível em: <https://www.facebook.com/sindprofnh/videos/631629681020563/>. Acesso em: 06 abr. 2020. Participação de Gabriel Ferreira.